EXCLUSIVO OPINIÃO

Nutri-score ou quando a política e a saúde pública se cruzam

O sistema de cores nas embalagens dos alimentos para ajudar a tomar (boas) decisões é uma aspiração dos profissionais de saúde que não se generalizou em Portugal, por oposições várias.

Pedro Graça

13 de Maio de 2024, 15:26

A saúde pública sempre foi uma coisa política. Sempre foi sobre as decisões que influenciam a pólis e, nesse sentido, a saúde e as políticas públicas são indissociáveis. Mas, mesmo assim, nesse espaço entre o poder político e a tomada de decisão baseada no melhor conhecimento disponível, existia um certo pudor em tomar decisões que iam contra a vontade dos especialistas. Essa barreira ténue foi definitivamente ultrapassada durante o período da covid e alarga-se cada vez mais aos determinantes da saúde com impacto económico como a alimentação, o álcool e o tabaco.

A história repete-se agora com o Nutri-score, um sistema de rotulagem simplificado e facultativo que classifica alimentos embalados num esquema de cinco cores e letras – do verde com a letra A até ao vermelho com a letra E – consoante a presença de nutrientes prejudiciais ou benéficos para a saúde. A ideia de um sistema de cores nas embalagens dos alimentos para ajudar a tomar (boas) decisões é uma antiga aspiração dos profissionais de saúde. Em 2007, o Reino Unido criou um "semáforo nutricional" de três cores (vermelho, amarelo e verde), mais tarde aplicado na cadeia portuguesa de supermercados Continente. Infelizmente, este sistema informativo nunca se generalizou em território nacional por oposições variadas.

Em 2014, especialistas franceses desenvolveram o modelo Nutri-score, adotado pelo Ministério da Saúde Francês, seguindo-se a Alemanha, Suíça, Países Baixos, Luxemburgo, Espanha e Bélgica. Nestes anos, o algoritmo do Nutri-score foi melhorado (por exemplo, o azeite tem agora a cor verde escura) e o modelo de rotulagem foi adotado por dezenas de marcas e cadeias de distribuição europeias. Durante este

período, a Comissão Europeia tentou, sem sucesso, encontrar um modelo de rotulagem simplificado consensual entre as muitas partes interessadas nesta que é a zona do planeta mais densamente povoada por interesses comerciais contraditórios na área da alimentação.

Ao longo destes últimos dez anos, as autoridades de saúde portuguesas, em parceria com outras instituições, como a Organização Mundial de Saúde, avaliaram tecnicamente vários modelos de informação simplificada. Todos os sistemas avaliados provaram ser mais capazes de ajudar o consumidor a fazer escolhas alimentares saudáveis do que a atual rotulagem em vigor. Por outro lado, os estudos demonstraram que os portugueses com menor escolaridade beneficiariam com estes modelos. Por estas razões, tentou-se de várias formas que estes sistemas simplificados fossem aprovados a nível nacional. Sem sucesso.

Sendo a classificação Nutri-score uma ferramenta já validada como capaz de apoiar comportamentos de escolha saudável, sendo os comportamentos alimentares inadequados uma das principais causas dos anos de vida saudável perdidos pelos europeus, sabendo-se que sistemas de informação simplificada poderiam evitar na Europa, quase dois milhões de casos de doenças não transmissíveis, entre 2023 e 2050, por que razão a Comissão Europeia tem tido tanta dificuldade em alargar este modelo de informação simplificado a todos os Estados-membros?

Em parte, porque existem setores importantes do tecido económico europeu que contestam este formato informativo. Por exemplo, os produtores de alimentos que podem ser prejudicados. Entre estes podemos encontrar os produtores de carnes processadas - tais como o presunto e outras formas de charcutaria - que têm muita força no Sul da Europa, os produtores de categorias de alimentos classificadas cujas qualidades estão relacionadas com a área geográfica de produção, os que têm dificuldade de mudar a composição dos seus alimentos e os produtores industriais de refrigerantes, chocolates e outras guloseimas com importante poder económico.

A tentativa de implementar sistemas simplificados ganhou opositores de peso nos tempos mais recentes com a entrada em cena do novo governo italiano, liderado por Giorgia Meloni. O governo italiano defende a proteção dos seus produtos regionais e, ao mesmo tempo, a sua poderosa indústria alimentar, onde por exemplo o Grupo Ferrero representava, em 2022, 39,6% do mercado italiano do chocolate. Este discurso alinha-se com o princípio da soberania alimentar e de proteção dos produtos que simbolizam a identidade nacional proposto pelo partido Fratelli d'Italia e pelo ministro italiano da Agricultura, Francesco Lollobrigida - cunhado da primeira-ministra Meloni.

A Europa parece assim levada a dividir-se entre o discurso mais nacionalista, protetor de alguns dos seus produtos alimentares regionais mais emblemáticos, e uma Europa menos dependente das tradições e mais disponível para fazer recomendações que se adaptam ao conhecimento científico mais recente. Torna-se difícil a apresentação de uma proposta pela Comissão Europeia ainda mais quando Ursula von der Leyen necessita do apoio de Giorgia Meloni para a sua reeleição.

Em Portugal, nos últimos dias do anterior governo, a secretária de Estado da Promoção da Saúde aprovou o sistema Nutri-score através do Despacho n.º 3637/2024, de 4 de abril, que determinou "a adoção do sistema de rotulagem nutricional simplificado Nutri-Score como medida de saúde pública de promoção da alimentação saudável". Uma medida saudada por muitos profissionais de saúde, mas que necessita agora de consenso no novo Governo e o apoio do Ministério da Agricultura para a sua ratificação a nível nacional. Matéria sensível do ponto de vista económico e político. Veremos como reagirá o atual executivo e como se posicionará nesta discussão em véspera de eleições europeias.

Nota final - O autor não tem qualquer relação comercial com a indústria alimentar e um dos seus lemas é "muita da nossa tradição alimentar mediterrânica deve ser protegida, mas nem tudo o que é tradicional é necessariamente saudável"

O autor escreve segundo o novo acordo ortográfico

P

Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- Newsletters
- Alertas
- Facebook
- X
- Instagram
- Linkedin
- Youtube
- RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

Aplicações

Loja

Meteorologia

Imobiliário

Assinaturas

Edição impressa

Jogos

Newsletters exclusivas

Estante P

Opinião

Assinar

Informação legal

Principais fluxos financeiros

Estrutura accionista

Regulamento de Comunicação de Infracções

Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

Gerir cookies

Ajuda

Termos e condições

Política de privacidade

EMAIL MARKETING POR e-goi

@ 2024 PÚBLICO Comunicação Social SA